O concreto está secando no Leste da Ásia | Carta semanal 25 (2026)

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

O artista okinawano **Kinjo Minoru** é assombrado pela tragédia da Batalha de Okinawa, de 1945, e pela ocupação militar que marcou a ilha desde então. Sua arte é permeada por essa sensibilidade. Suas esculturas parecem emergir da própria terra. Figuras humanas lutam para se libertar da pedra e do concreto, seus corpos marcados pela guerra, pela ocupação e pela memória. Kinjo trabalha com os mesmos materiais que agora estão sendo despejados na costa de Okinawa para construir mais uma base militar estadunidense. Suas esculturas não são meros monumentos ao passado. São um alerta para o presente.

Por essa razão, nosso dossiê mais recente, ***O dilema do Leste Asiático: contradições e possibilidades na Nova Guerra Fria***, recorre às esculturas de Kinjo para enquadrar os perigos que agora se configuram em toda a região. Elas nos alertam sobre o endurecimento das estruturas na Ásia Oriental: novos sistemas de mísseis, exercícios militares, bases, frotas navais patrulhando águas em disputa e orçamentos militares que disparam enquanto os gastos sociais ficam estagnados. O leste da Ásia, um dos grandes motores do desenvolvimento econômico e tecnológico global, está sendo transformado na linha de frente de uma perigosa Nova Guerra Fria. Uma contradição atinge o coração da região: os países mais profundamente integrados ao dinamismo econômico chinês estão sendo simultaneamente atraídos a formar estruturas militares projetadas para confrontar a China.

Durante décadas, a narrativa econômica dominante no Leste Asiático foi a da integração: fábricas, ferrovias e portos interligaram os países da região em densas redes de produção, comércio, cadeias de suprimentos e

mercados. Já em 1993, o Banco Mundial publicou um relatório intitulado ***O milagre do Leste Asiático***, que reconhecia que o alto crescimento na região não era simplesmente resultado do livre mercado, mas da intervenção estatal que produziu um "crescimento maior e mais igualitário". Vinte anos depois, o Banco Mundial publicou o relatório ***China 2030*** (2013), que reconheceu que o sistema chinês – marcado por bancos estatais, forte intervenção estatal e controle das taxas de juros – havia sido "notavelmente bem-sucedido em mobilizar poupança e alocar capital para setores estratégicos durante a decolagem econômica da China". Em outras palavras, até mesmo o Banco Mundial teve que admitir que a ascensão do Leste Asiático dependia de planejamento, investimento público e integração regional, e não das prescrições de livre mercado geralmente impostas ao Sul Global. Hoje, a China é o motor do crescimento na região, e setores inteiros da indústria e milhões de empregos dependem da relação dos países do Leste Asiático com a China. Contudo, enquanto a força econômica impulsiona a região rumo à integração, o poderio militar exerce uma força oposta.

Os EUA passaram a última década construindo o que seus estrategistas **chamam** abertamente de "estratégia de negação". Por meio de alianças e exercícios militares, novos acordos para bases, implantação de mísseis e redes de compartilhamento de informações, Washington buscou intimidar a China para que esta abrisse mão de seu futuro econômico. Essa arquitetura se estende do Oceano Índico ao Oceano Pacífico – o chamado "Indo-Pacífico" dos planejadores de guerra dos EUA – de Diego Garcia a Guam e de Okinawa ao norte das Filipinas. Essa geografia militar é uma resposta desesperada a uma profunda realidade histórica: o centro de gravidade da economia mundial **deslocou-se** para a Ásia. Incapazes de reverter essa mudança economicamente com seu próprio aparato produtivo, os Estados Unidos têm se apoiado cada vez mais no poder militar para preservar sua ideia de primazia global. O resultado é o que nosso dossiê chama de dilema para os Estados do Leste Asiático.

Muitos países do Leste Asiático estão presos nesse dilema. O Japão ilustra claramente a situação. A China é o maior parceiro comercial do Japão e um mercado crucial para suas exportações industriais. No entanto, o Japão abriga quase uma centena de instalações militares estadunidenses e está expandindo rapidamente seus próprios gastos militares. Sucessivos governos japoneses têm afrouxado as restrições às exportações de armas e reinterpretado os limites constitucionais à atividade militar, uma trajetória que a primeira-ministra Sanae Takaichi tem buscado **acelerar**. Enquanto os okinawanos continuam votando contra a expansão da presença militar americana, as decisões lhes são impostas por Tóquio a serviço de uma estratégia geopolítica que não foi criada por eles. Eles veem como as bases estadunidenses nos países árabes do Golfo se tornaram alvos em vez de escudos, e sabem que o mesmo destino os aguarda se os EUA iniciarem um conflito militar com a China ou qualquer outra potência da região, como a Rússia ou a República Popular Democrática da Coreia.

O mesmo dilema se apresenta às Filipinas e à Coreia do Sul. Acordos militares e vendas de armas com os EUA aumentaram mesmo com o crescimento do comércio com a China. Nesses países, movimentos populares têm exigido maior soberania e justiça social, opondo-se às bases militares e aos acordos com os EUA, mas com pouco sucesso. Governos de diferentes tendências políticas permanecem limitados pelas estruturas de dependência militar construídas ao longo de gerações. Esses desenvolvimentos são apresentados como inevitáveis, mas não o são. Fazem parte de um projeto político. A linguagem da democracia e do autoritarismo que molda o debate na região é profundamente enganosa e obscurece mais do que revela. A verdadeira questão que se coloca aos povos do Leste Asiático não é ideológica, mas material: podem as sociedades que buscam o desenvolvimento por meio da integração regional, inclusive por meio da **Parceria Econômica Abrangente Regional (RCEP)**, que liga a China ao Japão, à Coreia do Sul, à Austrália, à Nova Zelândia e à maior parte do Sudeste Asiático, também servir como bases avançadas para confrontos militares com seu principal parceiro comercial? A resposta é não.

Enquanto estrategistas militares falam em “dissuasão” e analistas do mercado financeiro falam em “risco”, as pessoas comuns entendem algo mais imediato: a escalada militar da Nova Guerra Fria ameaça a própria vida. Cada base militar ocupa terras que poderiam ser usadas para outros fins, e cada aumento no orçamento de defesa ocorre à custa de investimentos em saúde, educação, habitação e medidas climáticas. Em 2024, os gastos com defesa do Japão **aumentaram** 21%, chegando a 55,3 bilhões de dólares, o equivalente a 1,4% do seu PIB. Desde então, o governo tem buscado antecipar sua meta original para o ano fiscal de 2027 de elevar os gastos com defesa para 2% do PIB, redirecionando recursos que poderiam servir a uma das sociedades que envelhecem mais rapidamente no mundo.

Em toda a Ásia Oriental, sindicatos, organizações estudantis, movimentos camponeses, grupos de mulheres, defensores da paz e ativistas contra bases militares estão desafiando a militarização e a expansão militar estrangeira por meio de ações de massa e trabalho de defesa de direitos nos parlamentos. Suas lutas ressaltam a verdade fundamental de que a real segurança se constrói por meio da participação democrática, do desenvolvimento humano e da justiça social – não por meio de uma corrida armamentista. O futuro do Leste Asiático não será determinado apenas por generais e estrategistas, mas por pessoas comuns, organizadas e firmes em suas convicções. Seus interesses raramente se alinham ao militarismo.

A Nova Guerra Fria não é simplesmente uma disputa entre Estados, mas uma luta pela direção futura do desenvolvimento mundial. Os Estados do Leste Asiático precisam de cooperação, diálogo e instituições capazes de gerir as diferenças para que estas não se transformem em conflitos. Acima de tudo, as tensões na região exigem movimentos políticos capazes de imaginar **futuros** que transcendam a lógica da confrontação. Em toda a região, pensadores e líderes políticos debatem há muito tempo se a segurança deve ser construída por meio da dissuasão e de alianças militares ou por meio do diálogo, da reconciliação e da segurança humana. Nosso dossiê se insere nesse debate, insistindo que a paz duradoura não pode ser construída por meio da militarização.

As esculturas de Kinjo Minoru nos lembram que a guerra não é uma abstração, mas deixa cicatrizes nas paisagens e nos corpos, transformando possibilidades em ruínas. O concreto das esculturas de Kinjo secou, transformando-se em memória, mas o concreto das bases ainda estão úmidos, transformando-se em ameaça. A história permanece inacabada.

Todos os anos, em 23 de junho, Okinawa celebra o *Irei no Hi*, ou Dia da Memória, para homenagear aqueles que morreram na Batalha de Okinawa de 1945. Na cerimônia anual de homenagem, um estudante lê um poema escolhido como lembrança, levando a memória dos mortos para a voz de uma nova geração. Em 2018, Rinko Sagara, então aluna do terceiro ano do Ensino Fundamental na Escola Minatogawa, em Urasoe, leu seu poema "Ikiru" (Viva). Segue um trecho:

> Abaixo da colina Mabuni, o mar calmo se expande diante dos meus olhos.
> Estou triste e não posso esquecer todas as coisas que aconteceram nesta ilha.

> Eu aperto minhas mãos e juro,
> Lembrando-me dos caídos, faço um voto do coração:
> Enquanto eu viver,
> Nunca aceitarei esta guerra que ceifou tantas vidas.
> Para nunca repetir esse passado no futuro.
> Lutar por um mundo em que todos os humanos vivam em paz,
> transcendendo as fronteiras nacionais, transcendendo a raça,
> transcendendo a religião e superando todos os interesses.
> Criar um mundo em que a capacidade de viver e valorizar vidas não seja violada por ninguém.
> Estar disposto a tentar criar a paz.

Cordialmente,

Vijay